



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO
TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areial, Aroeiras, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Cuité, Damião, Esperanca, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Gurjão, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Juazeirinho, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Mogeiro, Montadas, Monteiro, Natuba, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roca, Sao Sebastiao do Umbuzeiro, São Vicente do Serido, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sossego, Sumé, Umbuzeiro, Zabelê
Normativo de criação	Lei nº 3.492, de 18/12/1958





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Data de instalação	10/9/1960
Data da última correição	26 de maio de 2022
Período de correicionado	1º/5/2023 a 30/6/2023

Aos 4 de agosto de 2023, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 22/2023, publicado no no DJET - Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto, e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, foram recebidos presencialmente na sede da Vara, pelo Juiz titular, David Servio Coqueiro dos Santos, pelo Juiz substituto fixo, Fernando Luiz Duarte Barboza, pelo Diretor de Secretaria, Raul Cavalcante Silva, e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/5/2022 a 30/6/2023 (14 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
David Servio Coqueiro dos Santos	14/12/2022 - Ato TRT SGP nº169/2022





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Registre-se que o então Juiz titular, André Machado Cavalcanti, atuou na unidade correicionada até o dia 13 de dezembro de 2022, sendo removido, a pedido, para a Vara do Trabalho de Guarabira/PB (Ato TRT SGP nº 168/2022).

1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Fernando Luiz Duarte Barboza	9/8/2022 - Ato TRT13 SCR n.º 105/2022

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **14** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Anderson Mendonca da Costa Brito	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	18/2/2013
Erlí Bandeira de Sousa	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	11/1/2023
Fernanda Medeiros Wanderley	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	31/1/2023
Flávio José Torres Loiola	Técnico Judiciário – Assistente III	28/4/1993
Flavio Vilas Boas Monte	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	5/12/2016
Francisco Mendonca Neto	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	26/1/1992
Germana Coutinho Lucena	Técnico Judiciário	21/6/2023
Grace Kelly da Mota Bezerra	Técnico Judiciário	6/10/2014
Jose Flavio Nobre da Silva	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	18/9/2001
Maria das Neves Honorato Ferreira	Técnico Judiciário – Calculista	22/6/2001
Marleide Rodrigues de Souza	Técnico Judiciário – Calculista	4/11/1991
Raul Cavalcante Silva	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	21/12/2022
Santaci Teixeira Barbosa	Técnico Judiciário – Assistente III	17/9/1991
Suely de Fatima Lopes de M. Souza	Técnico Judiciário – Assistente III	11/12/1990

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria. Informou, ainda, que os servidores da unidade correicionada não utilizam a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

em Primeira Instância WIKI-VT, tendo em vista que a Vara está enfrentando dificuldades em acessar a mencionada ferramenta, ocorrendo, por diversas vezes, infrutíferas tentativas, em datas distintas, apresentando cadastro inativo na recuperação de senha.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em 30/6/2023, um acervo processual de 1.601 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	845
Fase de Liquidação	124
Fase de execução	629
Cartas precatórias e de ordem	3
TOTAL	1.601

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2022	2023 até 30/6
Casos novos recebidos por distribuição	939	777
Casos novos recebidos por redistribuição	249	252
TOTAL	1.188	1.029

No período correicionado, houve registro de um processo recebido com sentença anulada e dois processos, com sentenças reformadas, ambos pela instância superior, abaixo relacionados.

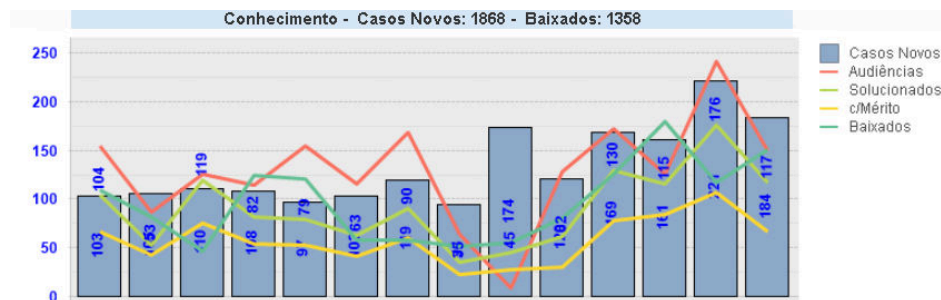
Sentença anulada	Sentenças reformadas
0000148-36.2022.5.13.0007	0000912-16.2022.5.13.0009
	0000869-85.2022.5.13.0007





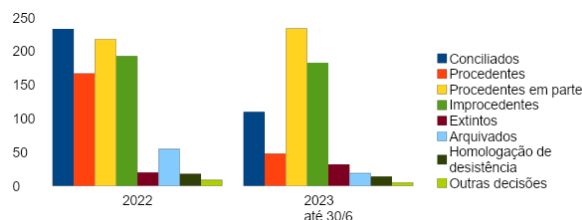
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (maio/2022 a junho/2023).



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 30/6
Conciliados	233	110
Procedentes	167	48
Procedentes em parte	218	234
Improcedentes	193	183
Extintos	20	32
Arquivados	55	19
Homologação de desistência	18	14
Outras decisões	9	5
TOTAL	913	645



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

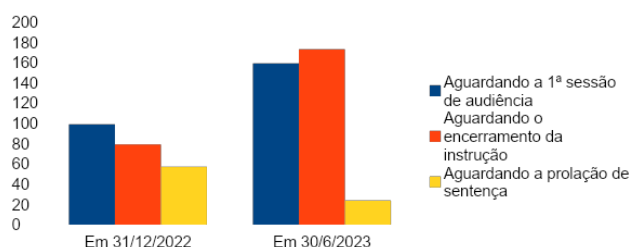
A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	Em 31/12/2022	Em 30/6/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	99	159
Aguardando o encerramento da instrução	79	173
Aguardando a prolação de sentença	57	24
TOTAL	235	356



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2023 até 30/6	Variação (%)
Fase de conhecimento	726	845	16,39%
Fase de liquidação	15	124	726,67%
Fase de execução	643	629	-2,18%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	8	33	127	112	9
Conciliação em conhecimento	10	13	16	9	2





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Conciliação em Execução	10	9	5	8	1
Una	308	279	200	185	58
Instrução	39	53	66	61	11

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quinta-feira. Nas sextas-feiras, são realizadas audiências decorrentes de adiamento, conciliações e instruções complexas.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de Campina Grande (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correicionada)
5/22	155	154	148	174	205	162	244	181,16
6/22	86	145	103	139	111	99	199	132,66
7/22	126	114	92	130	83	72	152	107,16
8/22	114	147	124	146	123	135	164	139,83
9/22	155	159	169	191	123	123	146	151,83
10/22	116	102	108	98	80	85	122	99,16
11/22	168	175	77	137	122	155	159	137,5
12/22	64	94	99	90	79	70	100	88,66
1/23	8	26	62	53	34	35	38	41,33
2/23	128	171	158	139	103	200	139	151,66
3/23	172	207	167	206	222	228	233	210,5
4/23	125	142	183	102	119	150	164	143,33
5/23	242	260	243	248	189	250	246	239,33
6/23	150	173	190	193	205	180	152	182,16
TOTAL	1809	2069	1923	2046	1798	1944	2258	2006,27





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2022	2023 até 30/6
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	36	45
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	38	41
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	74	78
Da conclusão à prolação da sentença	14	12
Do ajuizamento até a prolação da sentença	82	87

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2022	2023 até 30/6
Embargos de declaração	Recebidos	179	84
	Baixados	176	88
	Pendentes	9	5
Tutela Provisórias	Recebidos	60	49
	Apreciadas	53	38
	Pendentes	1	2
Liquidação/ Execução	Recebidos	58	24
	Baixados	43	21
	Pendentes	3	1

6. Recursos interpostos (Fonte: Hórus)

1º/5/2022 a 30/6/2023			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	825	782	56
Recurso adesivo	54	44	9
Agravo de petição	91	67	5
Total	970	893	70





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2022**: **71** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **104** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **84** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **30/6** é de **82** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **103** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **91** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **82** dias, para o ano base de **2022** e de **87** dias, relativo a este ano de **2023**, até **30 de junho**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2022**, foi de **1.554** dias, e de **783** dias, referente ao exercício atual até o dia **30 de junho**.

8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

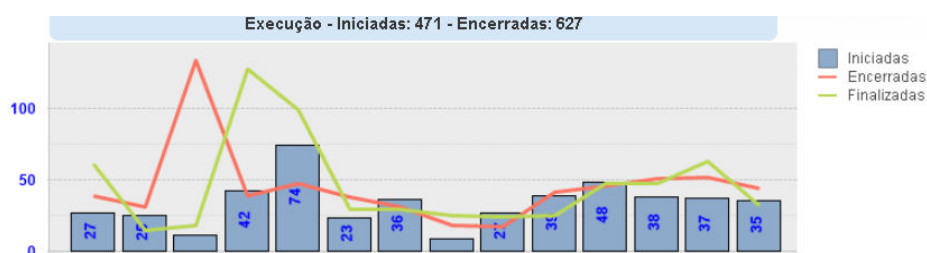
Item	2022	2023 até 30/6
Execuções pendentes	765	601
Execuções iniciadas	347	224
Desarquivados	264	183
Recebidos de outros Órgãos	1	1
Execução de título extrajudicial	1	-
Execuções encerradas	518	251
Remetidos a outros Órgãos	-	-
Processos arquivados provisoriamente	157	18
Total de processos pendentes de execução	601	575





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correicionado (maio/22 a junho/23):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 30/6
Acordo	PJe	R\$ 4.818.949,43	R\$ 2.837.421,45
Espontâneo	PJe	R\$ 3.586.230,62	R\$ 2.221.149,62
Execução	PJe	R\$ 2.233.017,60	R\$ 3.004.045,71
TOTAL		R\$ 10.638.197,65	R\$ 8.062.616,78

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 30/6
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 375.742,35	R\$ 217.280,57
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.233.728,62	R\$ 1.652.112,04
Imposto de renda	PJe	R\$ 84.141,42	R\$ 238.779,78
TOTAL		R\$ 1.693.612,39	R\$ 2.108.172,39

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

PERÍODO CORREICIONADO 1º/5/2022 a 30/6/2023		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	558
INFOJUD	PJe	114
INFOSEG	Pje	123
RENAJUD	PJe	199
BNDT	Pendentes (PJe)	104
	Incluídos (PJe)	113

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,93%
Unidade Correicionada	94,94%

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	86,64%
Unidade Correicionada	81,82%

Para efeito de controle da **Meta 1/2019**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **777** casos novos (por distribuição) e **639** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 81,82%.

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	107,53% da Meta
	100% dos processos distribuídos até até 31/12/2020





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,05 % da Meta 2
	99,05% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107% da Meta 2
	99,51% dos processos distribuídos até 31/12/2021

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,47% da Meta 3
	34,99% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	77,83% da Meta 3
	31,13% de índice de conciliação

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,94% da Meta 3
	35,18% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	50,66% da Meta 3
	20,27% de índice de conciliação

Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.	
Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%
Unidade Correicionada	149,69%

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.	
Unidades de primeiro grau do TRT	72,39%
Unidade Correicionada	83,53%





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Indicadores							
Período	BaixCon	BaixExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2023-01	55	26	483	302	89,78	92,07	90,65
2023-02	80	27	497	297	78,64	84,86	80,86
2023-03	126	58	505	266	65,93	70,56	67,45
2023-04	180	52	456	244	50,84	59,95	53,68
2023-05	117	69	495	209	47,01	47,39	47,12
2023-06	151	35	475	195	40,12	42,21	40,70

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça (IPC-Jus), apresentado anualmente no relatório “Justiça em Números” do CNJ, busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária, a partir da técnica de Análise Envolvória de Dados (Data Envelopment Analysis - DEA). Tal método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente de seu porte, considerando o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal.

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas pelo órgão, que são o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), o Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), a Despesa Total do Tribunal e a Taxa de Congestionamento Líquida (TCL), o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias de primeiro grau é o aumento do quantitativo de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade correicionada, no que se refere às fases de conhecimento e execução entre os anos de 2021 e 2022, e, nos primeiros meses de 2023, proporcionalmente.

Processos baixados	2021	2022	2023 até 30/6
Fase de conhecimento	917	966	709
Fase de execução	470	610	275





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.037
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	954
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	952
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	917
	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	874
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	826
	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	727

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento)

	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.098
	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	1.000
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	988
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	977
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	966
	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	961
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	959

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/conhecimento até 30/6)

	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	745
	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	713
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	709
	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	709
	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	704
	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	691
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	559

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

	2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	611
	3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	552
	5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	538
	4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	534
	1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	470
	6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	270
	7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	238

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	743
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	610
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	551
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	541
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	407
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	237
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	185

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/execução até 30/6)

5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	459
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	304
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	277
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	275
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	234
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	232
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	225

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande encontra-se na **449ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**2º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1.001 e 1.500 (511 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/7/2022 a 30/6/2023):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtividade peso 0,2	Tx congest peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	5º	8º	181º	1º	41º
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	2º	1º	197º	8º	33º
3ª Região - MG - 1ª Vara de Ribeirão das Neves	3º	53º	48º	215º	6º	1º
13ª Região - PB 1ª VT de Campina Grande	190º	42º	118º	520º	87º	200º





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas (período de referência de 1º/7/2022 a 30/6/2023 - atualizado em 27/7/2023):

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	91,76	8,52	169,66
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	30,75	45,03	146,25
3ª Região - MG - 1ª Vara de Ribeirão das Neves	3º	118,16	52,96	481,22
13ª Região - PB 1ª VT de Campina Grande	190º	80,10	62,68	1212,72

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	1230	667	12
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	1081	202	8
3ª Região - MG - 1ª Vara de Ribeirão das Neves	3º	1867	623	10
13ª Região - PB 1ª VT de Campina Grande	190º	1167	624	14

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de setembro/2022, dezembro/2022, março/2023 e junho/2023, estando a 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 31 de julho de 2023):





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
setembro 22	278°	91°	417°	1327°	99°	425°
dezembro 22	360°	113°	381°	1527°	119°	437°
março 23	471°	91°	318°	1560°	192°	530°
junho 23	449°	103°	278°	1558°	183°	457°

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de Campina Grande encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país - (1º/7/2022 a 30/6/2023 - atualizado em 27/7/2023):

Vara	Colocação no IGEST
3ª VT CG	251ª
2ª VT CG	301ª
5ª VT CG	367ª
6ª VT CG	375ª
1ª VT CG	449ª
7ª VT CG	688ª
4ª VT CG	788ª





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

JUIZES

13. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular

DAVID SERVIO COQUEIRO DOS SANTOS 14/12/22 a 30/6/23			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	14/12/2022 a 16/12/2022	3
Férias	SAOAdm	10/1/2023 a 29/1/2023	20
Férias	SAOAdm	1º/6/2023 a 20/6/2023	20

Juiz Substituto

FERNANDO LUIZ DUARTE BARBOZA 9/8/22 a 30/6/23			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Licença paternidade	SAOAdm	26/9/2022 a 10/10/2022	15
Férias	SAOAdm	23/1/2023 a 11/2/2023	20

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular, do Magistrado substituto fixo e dos demais Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/5/2022 a 30/6/2023)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Una	Enc.da inst./ nquirição test.	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
David Servio Coqueiro dos Santos 14/12/22 a 30/6/23	277	-	11	1	8	33	330
Fernando Luiz Duarte Barboza - 9/8/22 a 30/6/23	389	1	31	-	8	30	459
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	-	-	-	-	-	24	24
Andre Machado Cavalcanti	293	1	75	11	44	25	449
Ana Paula de Carvalho Scolari	12	-	2	-	-	1	15
Aercio Pereira de Lima Filho	-	-	4	3	1	-	8
Mariana Petit Horácio de Brito	-	-	-	-	-	10	10
Alisson Almeida de Lucena	4	-	1	-	-	-	5
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	45	-	45	72	10	2	174
Paulo Nunes de Oliveira	-	-	-	-	12	-	12
Lindinaldo Silva Marinho	-	-	-	-	4	5	9
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	9	-	65	204	6	28	312

13.3 Incidentes julgados (1º/5/2022 a 30/6/2023)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação/ Execução	Total
David Servio Coqueiro dos Santos 14/12/22 a 30/6/23	38	13	10	61
Fernando Luiz Duarte Barboza 9/8/22 a 30/6/23	43	25	11	79
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	31	9	3	43
Andre Machado Cavalcanti	77	18	23	118
Ana Paula de Carvalho Scolari	2	-	-	2
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	1	-	-	1
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	16	7	5	28





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados

14.1. Processos solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Aercio Pereira de Lima Filho	1	-	2	1	-	-	-	-	4
Alisson Almeida de Lucena	-	-	-	1	-	-	1	-	2
Ana Paula de Carvalho Scolari	4	4	2	2	-	-	-	-	12
Andre Machado Cavalcanti	82	67	75	60	-	24	10	11	329
David Servio Coqueiro dos Santos	43	9	101	68	-	12	15	10	258
Fernando Luiz Duarte Barboza	66	21	97	84	1	7	15	9	300
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	27	31	41	47	-	7	1	5	159
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	51	20	62	56	-	9	4	4	206

No período compreendido entre dezembro de 2022 e junho do corrente ano, o Juiz titular laborou 141 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,83 processo/dia. O Juiz substituto fixo, de agosto de 2022 a junho de 2023, laborou 160 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,88 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.2. Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	685
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	491
Homologação da Transação Extrajudicial	51
Consignação em Pagamento	14
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	7
Embargos de Terceiro Cível	6
Ação de Cumprimento	5
Mandado de Segurança Cível	3
Tutela Cautelar Antecedente	2
Monitória	1
Tutela Antecipada Antecedente	1
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1
Ação Civil Coletiva	1
Interdito Proibitório	1
Petição	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Ana Paula de Carvalho Scolari	-	0%
Fernando Luiz Duarte Barboza	117	99,15%
Andre Machado Cavalcanti	136	95,77%
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	74	90,24%
David Servio Coqueiro dos Santos	104	94,55%
Aercio Pereira de Lima Filho	-	0%
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	51	70,83%





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria da unidade correicionada, embora no Hórus conste que a sentença do processo 0000109-05.2023.5.13.0007 foi proferida pelo magistrado Fernando Luiz Duarte Barboza de forma ilíquida, na verdade, a sentença foi liquidada, conforme planilha de cálculos de ID. efea1c5. Todavia, segundo o Diretor de Secretaria, embora aberto chamado para a Setic, o problema ainda não foi solucionado.

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	4
Alisson Almeida de Lucena	2
Ana Paula de Carvalho Scolari	12
Andre Machado Cavalcanti	329
David Servio Coqueiro dos Santos	258
Fernando Luiz Duarte Barboza	300
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	159
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	206

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 12 dias

Magistrados	Dias
Fernando Luiz Duarte Barboza	2
Andre Machado Cavalcanti	6
David Servio Coqueiro dos Santos	8
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	38
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	13
Ana Paula de Carvalho Scolari	40
Aercio Pereira de Lima Filho	7





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2022 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2022, no mês de outubro, tendo o então Juiz Titular da unidade correicionada, André Machado Cavalcanti, enviado resposta em 09/12/2022, destacando que a unidade tem envidado esforços para a redução do tempo médio de duração do processo na fase de execução, “adotando alguns procedimentos específicos, dentre eles, a revisão geral dos processos em sobrestamento ou em arquivo provisório para, se for o caso, aplicar-lhes a prescrição intercorrente, o que resultará, em breve, numa melhoria de tal indicador”.

O trabalho da unidade correicionada, inclusive, já pode ser observado pela Corregedoria Regional, vez que, quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de 2022, foi de 1.554 dias, e de 783 dias, referente ao exercício atual até o dia 30 de junho.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio da intranet do TRT13, seguindo caminho descrito: -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre maio de 2022 e junho de 2023 - 14 meses:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Movimentação	Valor
Pagamento ao advogado	R\$ 6.044,41
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 60.702,27
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 79.569,30
Recolhimento contribuições previdenciárias	R\$ 71.805,58
Recolhimento de custas processuais	R\$ 2.592,99
Recolhimento de imposto de renda	R\$ 287,15
Valor transferido para outro processo trabalhista da mesma Vara do Trabalho	R\$ 12.368,81
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 2.265,07
TOTAL:	R\$ 235.635,58

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0001080-97.2017.5.13.0007, 0000402-48.2018.5.13.0007, 0001531-59.2016.5.13.0007, 0000610-95.2019.5.13.0007, e 0000811-87.2019.5.13.0007.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR N° 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores. Segundo informações prestadas pela Ejud (PROAD N° 1882/2023), o Juiz titular não





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

participou, no exercício anterior, de cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, apenas se fez presente em um curso de formação continuada (art. 39 da Resolução ENAMAT n.º 28, de 28 de setembro de 2022). O Juiz substituto fixo participou, no exercício anterior, de cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução no âmbito da Justiça do Trabalho, como também se fez presente em cursos de formação continuada, abaixo relacionados.

Magistrados	Descrição
DAVI SÉRVIO COQUEIRO DOS SANTOS	Leitura Dinâmica e Memorização (híbrido) - PROAD 2523/2022 - 8 e 9/7 (presencial) e 15/6 a 4/7 EAD – 25 h/a
FERNANDO LUIZ DUARTE BARBOZA	<p>Técnicas Avançadas de Mediação, Conciliação e Negociação no âmbito da Justiça do Trabalho - PROAD 4889/2022</p> <p>CFC - A Efetividade da Execução Trabalhista e a Desconsideração da Personalidade Jurídica - 7/2 a 23/3</p> <p>Seminário Internacional 80 anos Justiça do Trabalho</p> <p>Criptoativos e execução trabalhista - PROAD 4144/2022 - 25/maio - 3 h/a</p> <p>Media Training para gestão da imagem institucional e o risco de crises nas Redes Sociais - PROAD 2528/22</p> <p>Simplificação de Linguagem - PROAD 6117/2022 - 3/8 - 1,5 h/a</p> <p>CFC sobre PJe, Justiça 4.0 e Ferramentas Eletrônicas de Pesquisa Patrimonial</p> <p>Reforma Trabalhista dialogada - Direito Individual - Módulo I - PROAD 6766/2022</p> <p>Reforma Trabalhista Dialogada - Módulo II: Direito Individual Turma 1/2022 (reedição - autoinstrucional) - PROAD 8101/2022</p>

Os servidores Flávio José Torres Loiola, Santaci Teixeira Barbosa e Suely de Fátima Lopes de M. Sousa, lotados na Unidade correicionada, não participaram de capacitações, consoante informado pela Ejud (PROAD Nº 1882/2023) e





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Segepe (PROAD 2478/2023), em 2022. Os demais servidores, abaixo relacionados, estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição
ANDERSON MENDONCA DA COSTA BRITO	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
ERLI BANDEIRA DE SOUSA	<p>TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO</p> <p>TRT - REDAÇÃO JURÍDICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - LEITURA DINÂMICA E MEMORIZAÇÃO (MODALIDADE HÍBRIDA, PARTE PRESENCIAL E PARTE A DISTÂNCIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - JURISPRUDÊNCIA CONTEMPORÂNEA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDO</p>
FERNANDA MEDEIROS WANDERLEY	<p>TRT - INTRODUÇÃO A TEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>SEMINÁRIO SOBRE EXECUÇÃO E EFETIVIDADE: PENHORAS E IDPJ -MODALIDADE HÍBRIDA (PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIÃO</p> <p>TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL.</p> <p>TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUÇÃO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - REDAÇÃO JURÍDICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL
FLAVIO VILAS BOAS MONTE	TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
FRANCISCO MENDONCA NETO	TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
GERMANA COUTINHO LUCENA	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
GRACE KELLY DA MOTA BEZERRA	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
JOSE FLAVIO NOBRE DA SILVA	TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO / HÍBRIDO
MARIA DAS NEVES HONORATO FERREIRA	TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUCAO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO / HÍBRIDO TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
MARLEIDE RODRIGUES DE SOUZA	TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO / HÍBRIDO TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO
RAUL CAVALCANTE SILVA	TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO/ ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA TRT - LEGAL DESIGN / BITS ACADEMY PROCESSO DO TRABALHO PARA OS CONCURSOS DE ADVOCACIA PÚBLICA 2021 / APROVAÇÃO PGE -





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**

	<p>PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTUDO</p> <p>LIVE No 029/2022 - ASPECTOS PRÁTICOS DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21ª REGIÃO</p> <p>CURSO PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS - SISTEMA GARIMPO - VERSÃO 2.2.7 - PARTE NEGOCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21ª REGIÃO</p> <p>TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p>
--	--

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 09 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 08 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não houve registro de manifestação, nos últimos seis meses, na unidade correicionada.

21. RECOMENDAÇÕES

Aos magistrados

1. Recomendações gerais

- a) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- b) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego,





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;

- c) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- d) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT.

2. Recomendações específicas

- a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);
- b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;
- c) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos;
- d) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

Ao Diretor de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo *Hórus* e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, evitando o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000988-46.2022.5.13.0007, 0000724-29.2022.5.13.0007, e 0000694-28.2021.5.13.0007, com Gigs vencido.
- d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo do processo 0000988-46.2022.5.13.0007;
- e) orientar a equipe a observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, o que deve ser minuciosamente analisado pela unidade, evitando o ocorrido, por exemplo, nos processos 0001080-97.2017.5.13.0007, 0000402-48.2018.5.13.0007, 0001531-59.2016.5.13.0007, 0000610-95.2019.5.13.0007, e 0000811-87.2019.5.13.0007;
- f) orientar a equipe a utilizar a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT, como auxílio para a tramitação dos processos, nos termos do inciso VI do art. 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT.

Aos(às) servidores(as)

- a) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo do processo 0000988-46.2022.5.13.0007;

b) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução;

c) utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, evitando o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000988-46.2022.5.13.0007, 0000724-29.2022.5.13.0007, e 0000694-28.2021.5.13.0007, com Gigs vencido;

d) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, o que deve ser minuciosamente analisado pela unidade, evitando o ocorrido nos processos 0001080-97.2017.5.13.0007, 0000402-48.2018.5.13.0007, 0001531-59.2016.5.13.0007, 0000610-95.2019.5.13.0007, e 0000811-87.2019.5.13.0007;

e) utilizar a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT, como auxílio para a tramitação dos processos, nos termos do inciso VI do art. 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

f) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes, e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual, a exemplo do ocorrido na notificação de Id. 98415cb do processo 0000694-28.2021.5.13.0007.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande tem buscado o aperfeiçoamento da





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas do CNJ: Metas 2 (107,53%) e 5 (149,69%) do exercício anterior.

Destaca-se, também, a redução do tempo médio de duração do processo na fase de execução, que passou de 1.554 dias em 2022, para 783 dias, relativo a este ano de 2023, até 30 de junho.

Noutro norte, deve a unidade velar pelo acompanhamento dos indicadores do Igest, vez que na correição anterior a vara encontrava-se na posição 274ª (1º quartil), passando para a posição 449ª (2º quartil) na classificação nacional elaborada pelo TST, conforme dados divulgados no último trimestre de 2023.

A tabela relativa aos mesoindicadores (item 13) do Igest aponta que os itens “Produtividade” e “Taxa de congestionamento” foram os que mais impactaram a unidade no período correicionado, passando da 1327ª para a 1558ª posição, e da 99ª para 183ª posição, respectivamente.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, em conformidade com o Ato TRT13 SCR N° 28/2022.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora



ANEXO

VISTOS

0000338-33.2021.5.13.0007	0000679-25.2022.5.13.0007	0000616-97.2022.5.13.0007
0000645-84.2021.5.13.0007	0000226-14.2019.5.13.001	0000872-74.2021.5.13.0007
0000524-16.2022.5.13.0009	0000246-55.2021.5.13.0007	0000964-18.2022.5.13.0007
0000133-33.2023.5.13.0007	0000176-72.2020.5.13.0007	0000067-24.2021.5.13.0007
0000097-30.2019.5.13.0007	0130930-78.2015.5.13.0007	0000376-16.2019.5.13.0007
0000120-34.2023.5.13.0007	0000912-16.2022.5.13.0009	0000810-97.2022.5.13.0007
0000110-87.2023.5.13.0007	0000295-67.2019.5.13.0007	0000159-31.2023.5.13.0007

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000694-28.2021.5.13.0007	0000460-80.2020.5.13.0007	0000083-07.2023.5.13.0007
0000321-94.2021.5.13.0007	0000169-46.2021.5.13.0007	0000507-20.2021.5.13.0007
0000724-29.2022.5.13.0007	0000480-37.2021.5.13.0007	0000988-46.2022.5.13.0007

